

FH - absurdo Pacote fiscalizará recursos públicos

FH: faltam mecanismos contra abusos. Governo vê cumplicidade de juízes

Cristiane Jungblut
e Ana Paula Macedo

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique chamou ontem de escandaloso o desvio de R\$ 169 milhões das obras do TRT-SP e anunciou que o Governo vai apresentar em breve um pacote de medidas para aumentar a fiscalização sobre a aplicação de verbas públicas. Para ele, hoje praticamente não há mecanismos capazes de evitar o desperdício desses recursos. O Planalto está convicto de que o juiz Nicolau dos Santos Neto não é o único responsável pelo desvio. Estaria claro que ele contou com a colaboração de outros funcionários do tribunal paulista e do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília.

Medidas para aperfeiçoar a gestão do Orçamento

Durante cerimônia de apresentação dos oficiais-generais recém-promovidos, Fernando Henrique desabafou:

— É mesmo escandaloso assistir ao desperdício de dinheiro público, sem que haja quem responda institucionalmente por ele. Porque basta ter assistido, como assisti, aos debates no Senado sobre esse infausto acontecimento no TRT-SP para perceber que os controles são praticamente inexistentes. O Governo tomará outras medidas e fará sugestões brevemente para que possamos ter ainda maior controle nesses episódios — disse Fernando Henrique.

Mais tarde, o porta-voz da Presidência, Georges Lamaziè-

re, disse que as medidas têm o objetivo de aperfeiçoar a gestão do Orçamento da União e que em breve serão anunciadas pelo próprio presidente.

A afirmação de três ex-diretores-gerais do TRT paulista de que eram os ordenadores de despesas da obra do novo fórum trabalhista, segundo fontes do Governo, é indício suficiente para que os procuradores federais os incluam no inquérito que investiga o superfaturamento da obra e peçam a quebra de sigilo telefônico e bancário.

— Quem ordenou a despesa sem saber o que estava assinando só pode ser cúmplice, ignorante, ou estava sob forte pressão — diz uma fonte do Planalto.

O TST de São Paulo contava não só com os recursos previstos no Orçamento e os créditos suplementares, como com a sobra de recursos dos demais tribunais regionais, que eram repassados para São Paulo. Em 1996, por exemplo, o TRT paulista tinha à sua disposição um crédito orçamentário de R\$ 7 milhões, mais R\$

25,7 milhões de crédito suplementar, e recebeu R\$ 5 milhões de outros tribunais regionais. Só o TST contribuiu com R\$ 1,6 milhão. As despesas com a obra não eram fiscalizadas nem pelo TRT paulista.

Fernando Henrique acompanhou pela televisão o depoimento do diretor-geral do Tribunal Superior do Trabalho, José Geraldo Lopes, anteontem, na subcomissão do Senado que investiga o caso do TRT-SP. Ontem de manhã, o presidente esteve com a Câmara de Política Econômica — que reúne os ministros da área econômica e os presidentes dos bancos oficiais — para discutir o assunto. O objetivo do Governo é evitar problemas na execução do Orçamento.

O Governo pensa, por exemplo, em apresentar projeto de lei reduzindo o prazo para que o Tribunal de Contas da União (TCU) analise e dê parecer definitivo sobre irregularidades na administração pública.

Proposta de controle interno da Justiça do Trabalho

Também deverá ser proposta emenda constitucional criando um sistema de controle interno da Justiça do Trabalho. O Governo estuda ainda a criação de um departamento para promover o diálogo entre Executivo e Judiciário.

Como medida já tomada para controlar os gastos, Fernando Henrique citou a Lei de Responsabilidade Fiscal:

— Tivemos que tomar medidas duras. Apesar disso, continuamos a ver que outras medidas precisam ser tomadas. ■